

**Bruxelas, 23 de setembro de 2026
(OR. en)**

13528/26

**COASI 180
ASIE 40
CFSP/PESC 1496
PE 107
WTO 104
COHOM 119
ECOFIN 1210
MACAO 1**

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	JOIN(2026) 21 final
Assunto:	RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Região Administrativa Especial de Macau Relatório Anual 2025

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento JOIN(2026) 21 final.

Anexo: JOIN(2026) 21 final



COMISSÃO
EUROPEIA

ALTO REPRESENTANTE
DA UNIÃO PARA OS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A
POLÍTICA DE SEGURANÇA

Bruxelas, 22.9.2026
JOIN(2026) 21 final

RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

Região Administrativa Especial de Macau

Relatório Anual 2025

RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

RELATÓRIO ANUAL 2025

Resumo

Desde a transferência da soberania de Macau para a República Popular da China (RPC), em 1999, a União Europeia (UE) e os Estados-Membros têm acompanhado de perto a evolução política e económica na Região Administrativa Especial (RAE) de Macau de acordo com o princípio «um país, dois sistemas». A UE apoia este princípio e a respetiva aplicação, em conformidade com a Lei Básica, que visa assegurar que o modo de vida, o Estado de direito e a proteção dos direitos e liberdades fundamentais em Macau se mantenham inalterados até 2049.

A fim de respeitar o compromisso assumido perante o Parlamento Europeu em 1999, a Comissão e a alta representante/vice-presidente apresentam um relatório anual sobre a evolução da situação em Macau. Ao longo dos anos, tem sido dada especial atenção à aplicação do princípio «um país, dois sistemas» no que diz respeito à autonomia de Macau, tal como previsto na Lei Básica de Macau.

O presente documento é o vigésimo sexto relatório, referente a 2025. Do ponto de vista político, a autonomia e as liberdades e direitos fundamentais, que deveriam ser protegidos até, pelo menos, 2049, continuaram a deteriorar-se. O ano foi marcado: i) pela oitava eleição para a Assembleia Legislativa e ii) pela primeira detenção ao abrigo da Lei sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional.

O porta-voz da UE emitiu a seguinte declaração:

- 2 de agosto de 2025 — Declaração do porta-voz sobre a detenção de Au Kam San¹.

Em 2025, o PIB de Macau aumentou 4,7 % em termos homólogos. Este foi o terceiro ano consecutivo de crescimento, mas a economia ainda não recuperou plenamente para os níveis anteriores à pandemia de COVID-19. O crescimento económico foi apoiado pelo aumento do número de turistas que viajam para Macau e pelas correspondentes receitas provenientes do jogo. Macau comunicou 40,1 milhões de visitantes em 2025. Esta é a primeira vez, desde o final da pandemia de COVID-19, que o número de turistas ultrapassou os níveis anteriores à pandemia. No entanto, apesar do aumento do número de turistas, as receitas do jogo não recuperaram para o nível anterior à pandemia.

Em 2025, a UE foi o segundo maior parceiro comercial de Macau no que diz respeito ao comércio de mercadorias, representando 26,0 % do comércio total do território, com um excedente comercial para a UE. A UE foi a terceira maior fonte de investimento direto estrangeiro (IDE) de Macau em 2024 (ano a que se referem os dados mais recentes disponíveis).

¹ Declaração do porta-voz sobre a detenção de Au Kam San, 2 de agosto de 2025, disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/macao-statement-spokesperson-arrest-au-kam-san_en.

I. Evolução política e social

A oitava eleição da Assembleia Legislativa teve lugar em 14 de setembro. Catorze deputados foram eleitos diretamente e 12 indiretamente por associações de diferentes setores sociais. Em 29 de setembro, o Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, nomeou mais sete deputados. Os 33 membros da Assembleia tomaram posse em 16 de outubro.

A taxa de participação no círculo eleitoral eleito por sufrágio direto atingiu 53,35 %, com 175 272 eleitores a votar. Esta foi a terceira taxa de participação mais baixa desde a transferência da soberania em 1999, apesar dos incentivos dados pelo Governo e pelas empresas privadas para votar. A lista «Nova Esperança», encabeçada pelo veterano deputado incumbente, José Pereira Coutinho, obteve o maior número de votos, alcançando um número recorde de 43 361 votos, ou seja, cerca de um quarto dos votos expressos.

O número de votos nulos atingiu um máximo histórico de 13 040. As autoridades adotaram uma nova disposição que impediu os meios de comunicação social de participar na sessão que examinou os votos nulos. A fotografia e a videografia do processo ainda não eram permitidas.

André Cheong, que anteriormente exercia as funções de secretário da Administração e da Justiça, tornou-se um deputado nomeado e foi eleito por unanimidade presidente da Assembleia Legislativa pelos deputados em 16 de outubro. A circunstância de um deputado eleito pela primeira vez assumir o cargo de líder não tem precedentes na história da Assembleia Legislativa de Macau.

A eleição foi seguida de uma remodelação dos principais funcionários. Wong Sio Chak, que anteriormente exercia as funções de secretário da Segurança, sucedeu a André Cheong; Wong Sio Chak foi substituído por Chan Tsz King, antigo procurador-geral.

Em 6 de novembro, a Comissão contra a Corrupção declarou que remeteu para o Ministério Público dois processos decorrentes do processo eleitoral para a Assembleia Legislativa, incluindo um alegado caso de corrupção eleitoral em que o suspeito se comprometeu, numa plataforma de redes sociais, a votar no candidato que oferecesse recompensas monetárias.

Antes das eleições, a Comissão dos Assuntos Eleitorais para as Eleições para a Assembleia Legislativa, em 15 de julho, excluiu 12 candidatos de duas listas eleitorais, invocando a sua não defesa da Lei Básica e não demonstração de lealdade à RAE de Macau. Uma das pessoas afetadas era um deputado incumbente que tinha passado pela mesma verificação política em 2021, quando as autoridades excluíram, pela primeira vez, candidatos pró-democracia. A decisão não foi suscetível de recurso.

O presidente da Comissão explicou, também em 15 de julho, que a decisão de exclusão foi tomada com base em «pareceres de reexame» do Comité de Salvaguarda da Segurança Nacional da cidade, presidido pelo Chefe do Executivo. Os funcionários da China continental do Gabinete de Ligação do Governo Central em Macau também integram o Comité de Salvaguarda da Segurança Nacional. Este sistema confere ao Governo central uma influência direta sobre as eleições para a Assembleia Legislativa de Macau.

Numa declaração separada publicada a 15 de julho, o Governo salientou que, embora não se tenha constatado que um candidato tivesse cometido qualquer ato considerado como de «não defesa da Lei Básica» ou de «não demonstração de lealdade à RAE», o candidato seria, ainda

assim, excluído por ter «ajudado ou facilitado a prática de tais atos por terceiros», citando a «Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau», alterada, aprovada em 2024.

A declaração acrescentava que, desde que um candidato numa lista eleitoral fosse considerado como «não defendendo a Lei Básica» ou «não demonstrando lealdade à RAE» por «atacar de má-fé, difamar, caluniar ou insultar» as leis e decisões da Assembleia Popular Nacional e da sua Comissão Permanente, outros candidatos na mesma lista que aceitassem «o apoio desse candidato para fins eleitorais» não podiam ser considerados «defensores da Lei Básica» e «leais à RAE».

Em 18 de julho, a Comissão dos Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa rejeitou um recurso de Tim Wong Tak Loi e do seu grupo eleitoral «Livelihood Power in Macau», que foram excluídos da corrida. A Comissão reiterou que a exclusão não era passível de recurso. No entanto, concordou em devolver ao grupo o depósito de candidatura.

Por outro lado, o antigo deputado pró-democracia António Kuok Cheong Ng partilhou nas suas redes sociais, em 12 de setembro, que tinha recebido uma «ordem das autoridades» para abandonar Macau durante 10 dias, coincidindo com o período eleitoral.

O antigo deputado pró-democracia Sunny Au foi detido em 30 de julho ao abrigo da legislação em matéria de segurança nacional de Macau por alegado «conluio com entidades estrangeiras». Esta foi a primeira vez que as autoridades invocaram a Lei sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional, que foi alterada pela última vez em 2023, para se alinhar mais estreitamente com as leis de segurança da China continental.

Desde então, encontra-se em prisão preventiva, que pode durar, no máximo, três anos. A esposa de Sunny Au foi arrolada como testemunha e teve de se apresentar ao Ministério Público para prestar depoimento em 31 de julho. A detenção esteve alegadamente relacionada com o fornecimento de material, alusivo ao aniversário da repressão de Tiananmen em 1989, em 4 de junho, à Aliança Chinesa para a Democracia, um grupo sediado nos EUA que apoia as atividades democráticas na China.

Sunny Au tinha recebido várias chamadas que manifestavam «preocupações» nos 10 dias anteriores ao aniversário de 4 de junho, mas disse aos meios de comunicação social que não se sentia pressionado. Tal como em anos anteriores, publicou novamente no Facebook textos que recontam o evento histórico.

Em 18 de novembro, o Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, anunciou o seu segundo discurso político. Comprometeu-se a promover a diversificação económica, a melhorar a eficácia da governação e os meios de subsistência das pessoas, bem como a aprofundar a integração de Macau no desenvolvimento nacional.

Além disso, a sua administração tenciona exigir que todos os funcionários públicos, atuais e futuros, prestem o juramento de defesa da Lei Básica de Macau e de lealdade à RAE. Esta política destina-se a «reforçar a base da governação dos “patriotas a administrar Macau”».

Com efeitos a partir de 1 de novembro, o juiz português Rui Carlos dos Santos Pereira Ribeiro demitiu-se do Tribunal de Segunda Instância. Em 12 de dezembro, o único juiz português ativo

em Macau, Jerónimo Alberto Gonçalves Santos, foi promovido do Tribunal Judicial de Base para o Tribunal de Segunda Instância. A nomeação produziu efeitos em 1 de janeiro de 2026.

O primeiro-ministro português, Luís Montenegro, visitou Macau entre 9 e 10 de setembro. O primeiro-ministro anunciou que a **reunião da Comissão Mista Macau-Portugal** terá lugar em Macau, entre 4 e 6 de fevereiro de 2026, quase sete anos após a última sessão.

Na receção por ocasião da celebração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em 10 de junho, o Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, declarou que a comunidade portuguesa tinha sistematicamente contribuído de forma significativa para o «desenvolvimento saudável de várias empresas» em Macau. Sam Hou Fai «manifestou a sua gratidão pelo apoio inabalável e pela cooperação da comunidade portuguesa com» o Governo de Macau e pelo seu contributo para o desenvolvimento socioeconómico de Macau.

O supertufão Ragasa atingiu Macau em 24 de setembro, levando o Gabinete de Meteorologia e Geofísica a emitir o sinal de alerta mais elevado («sinal do furacão» n.º 10), uma vez que a velocidade média do vento ultrapassou os 118 km por hora. A tempestade foi o ciclone tropical mais forte da região do Pacífico Norte Ocidental em 2025. Graças a uma preparação eficaz, a cidade não registou vítimas mortais, tendo havido apenas oito feridos.

Direitos, liberdades e igualdade de oportunidades

Em 3 de fevereiro de 2025, os Governos central e de Macau apresentaram o seu relatório periódico ao Comité das Nações Unidas contra a Tortura, com um atraso de seis anos. O relatório estava inicialmente previsto para 2019. O Governo de Macau descreveu pormenorizadamente o trabalho que tem vindo a realizar para dar cumprimento à Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Embora o Comité das Nações Unidas contra a Tortura, na sua última observação final emitida em 2016, estivesse preocupado com o facto de a lei relativa à violência doméstica não ter sido «alargada a todas as pessoas no âmbito de uma relação íntima independentemente da orientação sexual», as últimas observações do Governo de Macau não abordaram esta preocupação.

Em 5 de dezembro de 2025, Macau apresentou o «Relatório do Estado Parte sobre o acompanhamento das observações finais» do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos. Em resposta ao pedido formulado nas observações finais de revisão da Lei n.º 2/93/M (direitos de reunião e manifestação) para evitar «qualquer interpretação arbitrária que possa restringir indevidamente o direito à liberdade de reunião», as autoridades de Macau reiteraram que a polícia «tem a obrigação» de garantir que «as assembleias públicas e as manifestações se realizam de forma lícita e ordenada, a fim de evitar causar graves impactos na segurança nacional».

No que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, o Conselho Executivo aprovou, em 24 de outubro, um aumento de 2,9 % do salário mínimo no valor de 1 MOP por hora, que passou dos atuais 34 MOP (3,7 EUR) para 35 MOP (3,8 EUR). A medida entrará em vigor em 1 de janeiro de 2026. De acordo com as estimativas do Governo, cerca de 18 200 pessoas serão abrangidas por esta medida, o que representa 4,4 % da mão de obra total.

A liberdade de reunião continuou sob pressão. Pelo quarto ano consecutivo, não foi assinalado publicamente o aniversário da repressão de Tiananmen em 1989.

Em 1 de maio, a polícia deteve um homem que protestava sozinho contra a presença de trabalhadores migrantes em Macau. As autoridades responsáveis pela aplicação da lei acusaram o homem de violar a Lei relativa ao direito de reunião e de manifestação. Por outro lado, o grupo de defesa dos direitos dos trabalhadores Macau People Power teve também de cancelar uma manifestação planeada no Dia do Trabalhador devido a «pressão» por parte da polícia. O presidente do grupo explicou que tinha apresentado um pedido formal em abril para realizar um protesto, mas que foi repetidamente notificado pela polícia para debater planos de contingência para «circunstâncias incontrolláveis», tais como «manifestantes que aproveitam a situação para causar distúrbios». O grupo acabou por decidir abster-se da ação pública e, em vez disso, apresentar uma carta de petição ao Chefe do Executivo.

A liberdade de imprensa e a liberdade de expressão também continuaram sob pressão. O órgão de comunicação social independente All About Macau anunciou, em 30 de outubro, que as suas operações cessariam após 20 de dezembro. O órgão explicou que a decisão foi tomada «após uma análise aprofundada» no contexto de «pressão e riscos crescentes». Em outubro, o Gabinete de Comunicação Social do Governo tinha informado o órgão de comunicação social do cancelamento do seu registo nos termos da Lei da Imprensa (n.º 7/90/M) e que já não preenchia as «condições legais para o exercício de atividades pertinentes».

Em abril de 2025, foram iniciadas investigações penais contra três repórteres do All About Macau por pretenderem participar numa reunião da Assembleia Legislativa, que normalmente teria sido aberta ao público e à imprensa. A Sociedade de Jornalistas e Profissionais da Comunicação Europeus na Ásia emitiu uma declaração em que condena a recusa de acesso e a detenção dos repórteres. Foi novamente recusada a entrada no edifício da Assembleia Legislativa a dois repórteres do All About Macau, em junho, quando pretendiam assistir a uma sessão de informação à imprensa organizada pelo Comité de Acompanhamento dos Assuntos da Administração Pública da Assembleia Legislativa sobre temas como o emprego e a formação dos trabalhadores locais.

Houve algumas atividades de defesa da promoção dos direitos das pessoas LGBTI+. O terceiro Festival Internacional de Cinema *Queer* de Macau realizou-se entre 30 de maio e 21 de junho, com o apoio dos consulados de vários Estados-Membros da UE.

II. Evolução económica

Em 2025, a economia de Macau expandiu-se pelo terceiro ano consecutivo. Em 2025, o **PIB de Macau aumentou 4,7 %** em termos homólogos, atingindo 417,3 mil milhões de MOP (45,0 mil milhões de EUR), de acordo com os números preliminares disponíveis no momento da elaboração do presente relatório². No entanto, a economia de Macau ainda não tinha recuperado totalmente para os níveis anteriores à pandemia.

Em 2025, o crescimento económico foi apoiado por um **aumento do número de turistas**. No total, 40,1 milhões de pessoas visitaram Macau durante o ano, o que representa um aumento de 14,7 % em termos homólogos e, pela primeira vez desde o final da pandemia de COVID-19, o número de turistas ultrapassou o nível anterior à pandemia (39,4 milhões em 2019). Os

² Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau <https://www.gov.mo/en/news/392652/>.

visitantes da China continental representaram 72,4 % dos turistas que chegaram a Macau e os visitantes de Hong Kong representaram 18,2 %³.

Os principais contribuintes para a economia de Macau continuaram a ser **o jogo e os setores conexos**, em grande parte apoiados pelas despesas dos turistas. Em 2025, as receitas provenientes do jogo continuaram a recuperar e aumentaram 9,1 % em termos homólogos, para 248,0 mil milhões de MOP (26,7 mil milhões de EUR)⁴. No entanto, apesar do aumento, as receitas provenientes do jogo foram ainda 15,4 % inferiores às anteriores à pandemia (em 2019).

A taxa de desemprego situou-se nos 1,9 % em 2025, o que representa um ligeiro aumento em relação aos 1,8 % registados em 2024. **A inflação** manteve-se baixa ao longo do ano, com um aumento médio do índice composto de preços no consumidor de 0,3 %.

No final de 2025, as **reservas orçamentais** de Macau ascendiam a 667 mil milhões de MOP (71,9 mil milhões de EUR), o que representa um aumento de 8,2 % em relação ao final de 2024. As reservas são suficientes para cobrir cerca de 7,1 anos de despesas públicas (com base nas despesas públicas ao nível de 2025).

Em 2024 (ano a que dizem respeito as últimas estatísticas disponíveis de Macau), o volume de **IDE** em Macau atingiu 395 mil milhões de MOP (42,6 mil milhões de EUR), o que representa um aumento de 4,5 % em termos homólogos. Hong Kong e a China continental foram as maiores fontes de IDE.

Política económica

No seu discurso político de 18 de novembro de 2025, o Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, apresentou as prioridades económicas de Macau, designadamente i) promover a diversificação económica de Macau, ii) continuar a desenvolver-se e a integrar-se na Grande Região da Baía, iii) maior integração e participação no desenvolvimento económico da China continental, iv) prosseguir o desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau, em Hengqin, v) reforçar o papel de Macau como elo de ligação entre a China continental e os países de língua portuguesa, e vi) melhorar a governação de Macau. O discurso político anunciou igualmente iniciativas destinadas a melhorar o ambiente empresarial, incluindo a revisão da regulamentação, a racionalização e digitalização dos procedimentos, a reorganização dos departamentos, o reforço dos trabalhos de luta contra a corrupção e a prossecução do apoio às pequenas e médias empresas.

No setor do jogo, os concessionários de casinos continuaram a ser obrigados a investir em atividades não relacionadas com o jogo, com o objetivo de apoiar a diversificação económica de Macau. Durante o ano, os casinos-satélite (casinos geridos por operadores terceiros ao abrigo das licenças dos principais concessionários da cidade) encerraram, em conformidade com uma nova lei relativa ao jogo adotada em 2022, que incluía a obrigação de pôr termo aos

³ Direção dos Serviços de Estatística e Censos, Governo da Região Administrativa Especial de Macau
<https://www.dsec.gov.mo/pt-PT/>.

⁴ Convertido para euros, sendo 1 EUR = 9,28 MOP (no final de dezembro de 2025)
https://commission.europa.eu/funding-and-tenders/procedures-guidelines-tenders/information-contractors-and-beneficiaries/exchange-rate-inforeuro_pt.

casinos-satélite até dezembro de 2025⁵. No discurso político, o Chefe do Executivo anunciou que o Governo procederá a uma análise legal do desempenho dos concessionários de casinos, incluindo a avaliação do seu investimento em atividades não ligadas ao jogo, em apoio da diversificação económica de Macau. Durante o ano, foi apresentada na Assembleia Legislativa uma proposta de lei para alterar as regras relativas à publicidade em Macau, incluindo uma regulamentação mais rigorosa da publicidade das atividades de jogo⁶.

Ao longo do ano, prosseguiu a principal política de promoção da **diversificação económica**, com o objetivo de aumentar a contribuição para o PIB dos setores não ligados ao jogo. Este objetivo deve ser alcançado através do desenvolvimento dos setores «1 + 4» («1» significa turismo e lazer), ou seja, diversificando as fontes de turistas e reorientando as despesas provenientes do turismo para atividades não ligadas ao jogo. Os «4» outros setores são os cuidados de saúde (com destaque para a medicina tradicional chinesa, incluindo a investigação e o desenvolvimento, a produção, os serviços médicos e a expansão para o estrangeiro); os serviços financeiros; as novas tecnologias; e convenções e exposições, comércio, cultura e desporto. No discurso político, o Chefe do Executivo partilhou a opinião de que a diversificação tem sido mais lenta do que o previsto.

De acordo com o setor, a **ausência de uma reserva diversificada de talentos** em Macau constitui um obstáculo à diversificação económica. O discurso político anunciou que o Governo terá como objetivo atrair mais talentos topo de gama para Macau, continuando, ao mesmo tempo, a dar prioridade ao emprego local.

O discurso político apresentou iniciativas para apoiar **as novas tecnologias e a inovação**. Tal inclui atrair e fomentar talentos e continuar a conceder financiamento, através de vários regimes de investigação e inovação e de novos fundos públicos para o desenvolvimento industrial e tecnológico. Outro objetivo é atrair mais empresas do estrangeiro, em especial para estabelecer uma presença em Hengqin, em setores como os circuitos integrados, a biomedicina, a tecnologia digital e a indústria aeroespacial. É incentivada a cooperação em matéria de investigação com a China continental e com os países de língua portuguesa. O Governo construirá um novo Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e tenciona lançar satélites em cooperação com a China continental. A economia digital é promovida, designadamente o comércio eletrónico e os pagamentos digitais transfronteiras em renminbi. Ao longo do ano, mais empresas foram certificadas ao abrigo do Programa de Certificação de Empresas Tecnológicas de Macau. Em novembro de 2025, estavam certificadas 51 empresas, que empregavam 1 800 pessoas, de acordo com fontes governamentais⁷.

No que diz respeito às **convenções e exposições**, foram realizados 1 331 eventos de «reuniões, incentivos, conferências e exposições» em Macau nos três primeiros trimestres de 2025 (um aumento de 25,7 % em relação ao ano anterior, que supera o nível de 2019)⁸.

⁵ Direção dos Serviços de Estatística e Censos, Governo da Região Administrativa Especial de Macau
<https://www.gov.mo/en/news/360247/>.

⁶ Sítio Web da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau
<https://www.al.gov.mo/pt/law/lawcase/615>.

⁷ Sítio Web do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia
https://www.fdc.gov.mo/pt/fund_information_detail/article/mhsugm5e.html#:~:text=The%20%E2%80%9CTechnology%20Enterprise%20Certification%20Program%E2%80%9D%20has%20been,annual%20revenue%20of%20nearly%20MOP%204.3%20billion.

⁸ Comunicado de imprensa da Direção dos Serviços de Estatística e Censos, Governo da Região Administrativa Especial de Macau
<https://www.gov.mo/en/news/374828/>.

No que diz respeito à **saúde**, o Governo prossegue a promoção das grandes indústrias da saúde, incluindo os serviços médicos, o turismo de saúde e o desenvolvimento, a produção e a comercialização da medicina tradicional chinesa, nomeadamente em cooperação com Hengqin⁹, onde também se situa um parque de medicina tradicional chinesa para a cooperação entre Guangdong e Macau.

No que diz respeito aos **serviços financeiros**, Macau procura atrair mais fundos e empresas no estrangeiro (nomeadamente através de incentivos fiscais) e prosseguir a reforma do quadro legislativo para os serviços financeiros. O Governo visa igualmente desenvolver o mercado obrigacionista de Macau, incluindo a promoção de ligações com a China continental e a nível internacional, e atrair mais emissões da China continental (Ministério das Finanças da RPC; o governo da província de Guangdong e a cidade de Shenzhen emitiram obrigações em Macau durante o ano)¹⁰. Durante o ano, foi lançada uma ligação direta entre a unidade central dos mercados monetários de Hong Kong e a central de valores mobiliários de Macau, a fim de promover o desenvolvimento dos mercados obrigacionistas nas duas regiões¹¹. Macau reformulou igualmente a «Lei sobre os Fundos de Investimento» (promulgação em 28 de julho de 2025 e entrada em vigor em 1 de janeiro de 2026)¹², com o objetivo de reforçar a convergência regulamentar e a conectividade entre Macau e os mercados de fundos no estrangeiro e atrair mais instituições no estrangeiro. Em agosto de 2025, entrou em vigor a «Lei das Atividades dos Mediadores de Seguros» (Lei n.º 15/2024)¹³ que altera o sistema de licenciamento, as normas operacionais e o quadro de supervisão do setor dos seguros.

Durante o ano, Macau introduziu um novo quadro jurídico que rege a atividade da **aviação civil** com o objetivo de alargar o acesso ao mercado através da introdução de um regime de licenciamento baseado em concursos para a exploração de serviços de transporte de passageiros¹⁴, pondo termo à concessão exclusiva de Macau à Air Macau.

No que diz respeito às **políticas ambientais**, o Chefe do Executivo anunciou, no discurso político, obras para melhorar o tratamento das águas residuais, reduzir os resíduos e prevenir e atenuar as catástrofes climáticas (incluindo inundações). O Governo tenciona aumentar para 50 % a percentagem de eletricidade limpa fornecida a Macau pela Companhia de Rede Elétrica do Sul da China (a maior parte da eletricidade de Macau é importada da China continental). Os veículos elétricos e os transportes públicos ecológicos continuarão a ser promovidos e será lançado um plano de proteção ambiental (2026-2030). Em 2025, 37,8 % dos veículos a motor

⁹ Comunicado de imprensa do Gabinete de Desenvolvimento Económico de Hengqin
https://www.hengqin.gov.cn/invest-hengqin-en/hqzx/news/zcdt/content/post_3862629.html.

¹⁰ Comunicados de imprensa da Autoridade Monetária de Macau:

<https://www.gov.mo/en/news/363318/>.

<https://www.gov.mo/en/news/366975/>.

<https://www.gov.mo/en/news/367989/>.

¹¹ Comunicado de imprensa da Autoridade Monetária de Hong Kong
<https://www.hkma.gov.hk/eng/news-and-media/press-releases/2025/01/20250121-3/>.

¹² Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau
<https://www.gov.mo/en/news/391480/>.

¹³ Boletim Oficial do Governo da Região Administrativa Especial de Macau
<https://bo.dsaj.gov.mo/bo/i/2024/33/lei15.asp>.

¹⁴ Boletim Oficial do Governo da Região Administrativa Especial de Macau
<https://bo.dsaj.gov.mo/bo/i/2025/27/lei04.asp#4>.

de primeira matrícula eram veículos elétricos¹⁵. O Fórum Internacional de Cooperação Ambiental de Macau de 2025 realizou-se em março.

Ao longo do ano, o Governo continuou a prestar **apoio financeiro aos residentes**, incluindo prestações pecuniárias ao abrigo do regime de partilha de riqueza e vários subsídios.

Durante o ano, foram realizadas obras de infraestruturas, incluindo infraestruturas de habitação pública e de transportes. O Governo tem planos para continuar a expandir o aeroporto de Macau (com um projeto de expansão localizado em Hengqin) e a rede de transporte ferroviário urbano da RAE, e para a construção de um parque industrial e de uma zona turística e cultural, bem como de um *campus* universitário em Hengqin.

Integração económica com a China continental

Em 2025, a China continental foi o principal parceiro comercial de Macau no que diz respeito ao comércio de mercadorias, representando 29,4 % do comércio externo total de Macau. A China continental foi também a segunda maior fonte de IDE da RAE, a seguir a Hong Kong, em 2024 (dados mais recentes disponíveis). A economia de Macau está fortemente dependente de visitantes da China continental que viajam para a RAE para fins de turismo e jogo.

Macau continua a posicionar-se como uma plataforma e um elo de ligação entre a China continental e os **países de língua portuguesa** em domínios como o turismo, o comércio e investimento, as tecnologias e os serviços financeiros.

Macau está também a promover uma integração económica mais profunda com a China continental, nomeadamente através de iniciativas como a **Grande Região da Baía Guangdong-Hong Kong-Macau** («Grande Região da Baía») e a Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau, em Hengqin.

No discurso político de novembro de 2025, o Chefe do Executivo explicou que Macau continuará a participar ativamente no desenvolvimento da Grande Região da Baía, a alinhar ainda mais as regras e os mecanismos na região, a reforçar a cooperação com as autoridades de Guangdong e de Hong Kong e a melhorar a conectividade das infraestruturas e os fluxos transfronteiriços de pessoas. Os residentes de Macau são incentivados a viver e trabalhar na Grande Região da Baía, nomeadamente através da facilitação de serviços de administração, assistência social e cuidados de saúde transfronteiriços. Outros objetivos são promover a marca de turismo da Grande Região da Baía, a colaboração em matéria de investigação e tecnologias e de serviços financeiros, bem como o reconhecimento regional da certificação de talentos e da propriedade intelectual.

A **Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau, em Hengqin**, abrange cerca de 100 quilómetros quadrados — aproximadamente o triplo da dimensão de Macau — e situa-se na província de Guangdong, adjacente à RAE. A zona é administrada conjuntamente por Guangdong e Macau e proporciona terrenos adicionais para apoiar a diversificação económica de Macau e uma integração mais aprofundada com a China continental. Um regime aduaneiro prevê um tratamento preferencial para as mercadorias de Macau que entram na Zona

¹⁵ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

<https://www.gov.mo/en/news/392648/>.

de Cooperação de Hengqin (isentando as mercadorias elegíveis do imposto da China continental). Durante o ano, foram publicados planos para o desenvolvimento de Hengqin¹⁶ e o discurso político do Chefe do Executivo de Macau salientou igualmente o desenvolvimento da zona como uma política principal. Os setores económicos prioritários para o desenvolvimento incluem a inovação e a tecnologia, o fabrico inteligente, os cuidados de saúde e a medicina tradicional chinesa, os serviços financeiros, o lazer e as reuniões, incentivos, conferências e exposições. As políticas incluem a promoção da integração e do alinhamento regulamentar, a melhoria do ambiente empresarial e o incentivo às empresas e residentes de Macau para se estabelecerem em Hengqin.

De acordo com as estatísticas oficiais, em 2025, o PIB de Hengqin ascendeu a 54,7 mil milhões de CNY (6,7 mil milhões de EUR) e existiam 7 681 empresas financiadas por Macau estabelecidas na zona (dezembro de 2025)¹⁷, bem como 23 749 residentes de Macau a viver em Hengqin e 5 762 residentes de Macau a trabalhar em Hengqin (junho de 2025)¹⁸.

O **regime bidirecional transfronteiras de gestão de património** permite que os residentes elegíveis da China continental, de Hong Kong e de Macau invistam em produtos de gestão de património distribuídos no mercado da outra parte, com a participação de 11 bancos de Macau.

O **Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Continente Chinês e Macau** (CEPA) concede acesso a direitos aduaneiros nulos às mercadorias de Macau que entram no mercado chinês, bem como acesso preferencial aos prestadores de serviços de Macau.

III. Relações entre Macau e a China continental

O 20.º Comité Central do Partido Comunista da China realizou a sua quarta sessão plenária entre 20 e 23 de outubro. A reunião centrou-se na formulação do 15.º plano quinquenal da China, que norteará o desenvolvimento do país de 2026 a 2030. Nas «Recomendações do Comité Central do Partido Comunista da China para a Formulação do 15.º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Económico e Social Nacional», publicadas em 28 de outubro, o Partido comprometeu-se a apoiar a «prosperidade e estabilidade a longo prazo» de Hong Kong e Macau.

Em 23 de outubro, o Chefe do Executivo de Macau salientou que Macau «aproveitará as novas oportunidades oferecidas pelo 15.º plano quinquenal». Segundo uma declaração, «[o] Governo aprofundará a sua ligação com a comunidade internacional para melhor servir o desenvolvimento nacional».

Uma delegação composta pelo presidente da Academia das Ciências da China e pelo presidente e diretor-adjunto do Gabinete da Comissão Central para os Assuntos Financeiros e Económicos e diretor-adjunto do Gabinete do Grupo Central de Direção para os Assuntos Rurais do Partido Comunista da China visitou Macau entre 22 e 23 de novembro para debater o 15.º plano

¹⁶ Planeamento Territorial Global da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin (2021-2035)

https://www.hengqin.gov.cn/macao_zh_hans/zwgk/zcfg/zyzc/content/post_3836370.html.

Plano de Desenvolvimento Industrial da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin (2025-2029)

https://www.hengqin.gov.cn/macao_zh_hans/zwgk/tzgg/gg/content/post_3810641.html.

¹⁷ Sítio Web do Gabinete de Desenvolvimento Económico de Hengqin

<https://www.hengqin.gov.cn/invest-hengqin-en/tshq/tjsj/index.html>.

¹⁸ Comunicado de imprensa do Gabinete de Desenvolvimento Económico de Hengqin

https://www.hengqin.gov.cn/macao_en/xwbb/content/post_3831188.html.

quinquenal e as suas implicações para Macau. A delegação visitou igualmente a Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin.

Xia Baolong, diretor do Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau do Comité Central do Partido Comunista da China (PCC) e do Conselho de Estado da República Popular da China, visitou Macau entre 8 e 13 de maio. Esta foi a primeira visita de inspeção de Xia Baolong a Macau desde que a administração local assumiu funções em dezembro de 2024. Xia Baolong instou o Governo a tirar partido das vantagens do «sistema liderado pelo Executivo».

Xia Baolong instou igualmente as comunidades empresariais em Macau e Hong Kong a «prosseguirem o espírito de luta», apelando à comunidade empresarial para que contribua mais para o desenvolvimento económico nacional e afirmando que «todos devem defender firmemente os interesses nacionais quando os interesses estão a ser prejudicados».

Em 30 de maio, o Conselho de Estado da República Popular da China nomeou Zhou Ji, antigo diretor-adjunto do Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau do Comité Central do PCC, como novo diretor do Gabinete de Ligação do Governo Central em Hong Kong. Em 14 de julho, Pequim nomeou Xu Qifang, antigo diretor-adjunto do Departamento de Organização do Comité Central do PCC, para suceder a Zhou Ji no Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau.

A 15.^a edição dos Jogos Nacionais e a 12.^a edição dos Jogos Nacionais para Pessoas com Deficiência e os nonos Jogos Olímpicos Especiais Nacionais foram coorganizados por Guangdong, Hong Kong e Macau em novembro e dezembro de 2025, respetivamente. É a primeira vez que os jogos nacionais são coorganizados pela Grande Região da Baía.

IV. Relações bilaterais e cooperação entre a UE e Macau em 2025

O Acordo Comercial e de Cooperação entre a Comunidade Económica Europeia e Macau, de 1992, visava reforçar ainda mais as relações entre a UE e Macau. O acordo abrange a cooperação comercial, económica, científica e tecnológica.

O Comité Misto UE-Macau é uma plataforma através da qual Macau e a UE debatem questões em vários domínios. A última **reunião do Comité Misto** teve lugar em 2019.

O Gabinete da União Europeia organizou uma comemoração do Dia da Europa em 2025, a segunda desde o levantamento das restrições de viagem relacionadas com a COVID-19. O chefe do Gabinete da União Europeia em Hong Kong e Macau reuniu-se em várias ocasiões ao longo do ano com funcionários de Macau (incluindo o Chefe do Executivo) e partes interessadas das empresas e da sociedade civil.

O terceiro Festival Internacional de Cinema *Queer* de Macau realizou-se entre 30 de maio e 21 de junho, com o apoio dos cônsules-gerais e institutos culturais dos Estados-Membros da UE.

Em 2025, a **UE foi o segundo maior parceiro comercial de Macau no que diz respeito ao comércio de mercadorias**, representando 25,3 % do comércio total de Macau (contra 28,3 % da China continental, o maior parceiro comercial de Macau).

Com base nos dados do Eurostat, o **comércio bilateral de mercadorias da UE com Macau** em 2025 ascendeu a 887 milhões de EUR e consistiu principalmente em exportações da UE

para Macau (801 milhões de EUR). As principais exportações da UE para Macau incluíram vestuário e seus acessórios, joalharia, marroquinaria e artigos de luxo, alimentos e bebidas e equipamento de transporte.

No que diz respeito ao **comércio de serviços**, com base nos dados do Eurostat, a UE exportou 292 milhões de EUR de serviços para Macau em 2024 (um aumento de 7,7 % em relação a 2023). As importações de serviços de Macau para a UE ascenderam a 95 milhões de EUR em 2024 (uma descida de 23,8 % em relação a 2023).

De acordo com o Eurostat, o **volume de IDE da UE** em Macau representou 1,68 mil milhões de EUR no final de 2024 (ano a que se referem os dados mais recentes disponíveis), enquanto o IDE de Macau na UE ascendeu a 1,17 mil milhões de EUR.